

A IMPORTÂNCIA QUE DIAMANTE D'OESTE DÁ AO PRIMEIRO VEREADOR INDÍGENA DO OESTE DO PARANÁ

ADIR LUIZ COLOMBO¹

UNIOESTE, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-1155-2279>

MARIO RAMÃO VILLALVA FILHO²

UNILA, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0003-4182-9168>

RESUMO: *Este trabalho segue temática de publicações anteriores sobre candidaturas indígenas. Registra a opinião da população de Diamante D'Oeste sobre a importância do vereador indígena Guarani ali eleito, o primeiro no Oeste do Paraná. Trata-se de análise qualitativa sobre dados quantitativos numa amostra com 95 moradores do município (2,08% da população e 2,52% do eleitorado). A opinião foi medida pela escala tipo Likert, mensurando a importância dada à vereança ao município em si e às comunidades indígenas. Os resultados indicam que a população em geral dá alta importância à representação. Os indígenas, especificamente, dão maior importância do que o restante. Mostra ainda os extremos das opiniões, com grande parte dos opinantes liderando pela total importância, com número expressivo que se manifestaram como neutros e outros pela total desimportância. Com os registros colhidos entre a eleição em 2024 e início da legislatura em 2025, formou-se uma amostra com recorte temporal e base para futuras comparações em moldes semelhantes.*

PALAVRAS-CHAVE: *Candidaturas indígenas, Opinião, Guarani, Eleições municipais.*

ABSTRACT: *This work follows the theme of previous publications on indigenous candidacies. It registers the opinion of the population of Diamante D'Oeste about the importance of the Guarani indigenous councilor elected there, the first in the West of PR. This is a qualitative analysis of quantitative data in a sample of 95 residents of the municipality (2.08% of the population and 2.52% of the electorate). Opinion was measured by the Likert scale, measuring the importance given to the council, the municipality itself and the indigenous communities. The results indicate that the general population attaches high importance to representation. The indigenous people, specifically, give greater importance than the rest. It also shows the extremes of opinions, with a large part of the opinionators leading by total importance, with a significant number who manifested themselves as neutral and others by total unimportance. With the records collected between the election in 2024 and the beginning of the legislature in 2025, a sample was formed with a time frame and basis for future comparisons in similar ways.*

KEYWORDS: *Indigenous candidacies, Opinion, Guarani, Municipal elections.*

¹ Advogado. Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE.

² Docente de Língua e Cultura Guarani na UNILA, Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE.

Introdução

Em 2024, o município de Diamante D'Oeste elegeu vereador o indígena Guarani Teodoro Tupã Jeguavy Alves. Por conta deste fato, e o município ter na população 10,53% de indígenas, este estudo apresenta a mensuração da opinião da importância que seus moradores dão à vereança indígena, contribuindo com outros estudos envolvendo as candidaturas e mandatários indígenas, cenário pouco explorado pela ciência política.

Ocupar o cargo de vereador é exercer uma parcela do poder estatal; é também, em muitos casos, representar coletivos formados por grupos de pessoas ou causas comuns. O eleito, neste contexto, figura como o elo que liga o coletivo que representa ao Poder do qual é mandatário, como é caso de Teodoro com as duas comunidades indígenas (CIs) de Diamante D'Oeste. É um novo contexto de ação política no município: abarca, além do tradicional modo de fazer política, também o chamado *movimento indígena*. Para as CIs Guaranis o fato galga outro degrau, até então eram meros solicitantes, outrora forasteiros para ali transferidos, mas agora com uma parcela de atuação no Poder Municipal. É dentro desse novo cenário que a pesquisa buscou avaliar o tamanho da importância dada à específica forma de representação política, com as perguntas assim sintetizadas: *de zero a 10, qual a importância que você dá ao município e às comunidades indígenas em ter um vereador indígena?*

É um estudo a partir de dados primários obtidos por questionário estruturado e colhido com os moradores do município. Também utiliza dados secundários do TSE (estatísticas eleitorais) e IBGE (SIDRA). Foram analisados por meio de estatística simples e descritiva. Caracteriza-se como estudo qualitativo sobre amostras quantitativas, vez que as perguntas exigiam manifestar opinião numa escala numérica. Divide-se em cinco partes, sendo esta introdução, referenciais teóricos e históricos, metodologia empregada, análise e discussão e considerações finais.

Referências históricas e teóricas

Em 1982, o cacique Mário Juruna foi eleito pelo Rio de Janeiro como o primeiro deputado federal no Brasil. Apesar do acontecimento antigo, são poucos os estudos de candidaturas e indígenas eleitos, mas que recentemente vem ganhando espaço (Codato; Lobato; Castro, 2017), importando numa ação dentre tantas que compõem os anseios dos movimentos indígenas.

Presença das comunidades Guaranis em Diamante D'Oeste

A Região Oeste do Paraná tem 50 municípios e já era habitada pelos guaranis antes do descobrimento. Nela está Diamante D'Oeste, cujo centro da cidade fica nas coordenadas -24.9449, -54.1037. Prepondera a atividade da agropecuária, seguida do comércio, serviços e pequenas indústrias. O IDH, em 2010, era de 0,644 (IPARDES, 2025). O censo demográfico de 2022 registrou uma população de 4.557 habitantes, com 52,97% residindo na área

urbana e 47,03% na rural. Apontou ainda 471 indígenas, equivalente a 10,34% da população (IBGE, 2025). No sul do município estão instaladas duas comunidades indígenas da etnia Avá-Guarani

Comunidade indígena, conceitualmente, “é toda comunidade fundada em relações de parentesco ou vizinhança entre seus membros, que mantém laços histórico-culturais com as organizações sociais indígenas pré-colombianas” (Viveiros de Castro, 2012, p. 264). Os Guaranis adotam como sinônimo aproximado de comunidade o termo *tekoha*, que expressa não só o espaço que ocupam, mas também “onde o modo de ser Guarani pode ser vivenciado” (Cardoso, 2020; p. 472). Kühl e Schallenger (2014) apontam que os moradores das duas CIs de Diamante D’Oeste ocuparam o novo espaço seguindo as tradições Guaranis e respectivo modo de vida.

A população indígena ali residente origina-se predominantemente da comunidade indígena (CI) do Ocoy, uma estreita faixa de terra de 251 hectares que margeia a represa da Hidroelétrica de Itaipu, no município de São Miguel do Iguçu/PR e, decorrente do represamento ocorrido em 1982, cujas águas inundaram as terras que anteriormente moravam. As duas comunidades foram fixadas mediante a aquisição de propriedades privadas pela Itaipu Binacional, como ação reparatória pela inundação que causou. A CI *Añetete* foi instalada em 1997, com área de 1.774 hectares; a Itamarã em 2006, com área de 242 hectares (Brighenti, Borges, 2016). As duas são próximas, separadas por duas propriedades rurais privadas e interligadas por uma estrada. Seus moradores são classificados como de contato permanente com os não indígenas, pois mantêm seus costumes, identidade, lugar e modo próprio de convívio (Ribeiro, 1996).

A fixação da CI Itamarã é fruto da luta liderada por Teodoro (Brighenti, Borges, 2016). Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito a vereador em 2024 com 166 votos, o sétimo mais votado para nove cadeiras na Câmara Municipal. Concorreu por uma federação partidária (coligação) formada também pelo PCdoB e PV (TSE, 2025).

Teodoro é agricultor e professor do ensino fundamental na escola indígena Araju Porã da CI Itamarã, onde reside. Conforme informa seu prospecto de campanha, em 2024, tinha 57 anos, casado, quatro filhos, 10 netos e quatro bisnetos.

Candidaturas identitárias e o movimento indígena

Sinteticamente, o vereador é um representante do povo. A câmara de vereadores tem suas cadeiras ocupadas de modo proporcional à votação que os partidos receberam. Pela nossa Constituição, a eleição proporcional para deputados e vereadores permite que diversos segmentos sociais e ideológicos possam estar albergados nos parlamentos via partidos políticos. A eleição proporcional impede que apenas os mais votados sejam eleitos (eleição majoritária), possibilitando que as minorias também tenham representantes.

Ocorre que certos segmentos sociais são transpartidários, com algumas bandeiras de lutas tendo igual atenção em diferentes partidos, onde “as candidaturas coletivas são um tipo distinto de interação entre movimentos sociais e partidos políticos” (Almeida, 2024, p. 6), contexto em

que também se insere o denominado movimento indígena, conceituado como o

processo mobilizatório direcionado à busca e garantia de melhores condições de vida e de direitos para as comunidades étnicas, envolvendo não só os próprios indígenas, como também aliados presentes em agências da sociedade civil (ONGs, igrejas, universidades, entidades de classe, agências humanitárias internacionais etc.) e instâncias governamentais (OLIVEIRA, 2023, p. 132).

Em termos políticos, essa busca passa pela representatividade em cargos eletivos, ou seja, a ocupação efetiva do Poder para então conduzir as ações do Estado. A ocupação de cargos eletivos formaliza a atuação política indígena, deixando de ser a representação apenas uma forma de ligação das comunidades indígenas com o Estado; é o efetivo exercício do Poder Estatal.

As candidaturas indígenas vinculadas ao movimento indígena são albergadas em diversos partidos, tanto à esquerda quanto à direita e centro. Nosso sistema eleitoral não admite partidos-movimentos, o que impede que exista um partido com bandeira exclusiva do movimento indígena. Por conta da vedação, grupos identitários acabam sendo sub-representados. Uma tentativa de sanar a sub-representação, por exemplo, foi a introdução do sistema de cota mínima de candidatas de mulheres. Esses coletivos sub-representados acabam utilizando um partido, em muitos casos, apenas como o meio para galgar cargos eletivos, quando então o eleito passa a representar o coletivo a que pertence, e, secundariamente, os interesses partidários. A campanha eleitoral dos seus candidatos é densamente fomentada pelo coletivo. São diversos segmentos que usam tal expediente além do movimento indígena: juventude, raça, educação, segurança, periferia, dentre outros (Almeida, 2024).

Nesse diapasão, a população indígena em Diamante D'Oeste é um contingente social específico e significativo, com demandas próprias a serem atendidas pelo Poder Público. São demandas vistas pela população em geral e indígenas por duas perspectivas: uma, de fora para dentro das CI; a outra, inversa, a partir da perspectiva das CIs, importando num fluxo nas duas direções de distintos públicos. É nesse ponto que está o papel do vereador indígena: um intermediário e representante do coletivo do qual faz parte.

Com a eleição de Teodoro há uma mudança, um novo paradigma e um ambiente carregado de expectativas no exercício da vereança. Partindo da premissa da representatividade dos anseios indígenas, de ser também parte do Poder Municipal e, as disputas políticas envolvidas, os diversos segmentos locais tendem, potencialmente, a ter opiniões diferentes. É a distribuição delas na população o que a pesquisa buscou registrar.

Candidaturas indígenas nas eleições municipais no Paraná

A partir de 2014, o TSE oportunizou a autodeclaração de raça/cor/etnia. Desde então, se vê o aumento do número de candidaturas autodeclaradas indígenas (De Paula; Pataxó; Verdum, 2023). A mesma tendência ocorre no Paraná (Figura 1).

Figura 1. Tabela com a evolução das candidaturas válidas que se autodeclararam indígenas a vereador no Paraná

Ano	Homens	Mulheres	Total candidaturas a vereador	Eleitos	Eleitas	Total eleitos/as
2016	26	4	30	1	-	1
2020	39	9	48	3	-	3
2024	34	24	58	4	1	5
Totais	99	37	136	7	1	8

Fonte: organizada pelo autores com dados do TSE (2025)

As candidaturas indígenas válidas a vereador, em relação ao total nas eleições de 2016, 2020 e 2024, representaram, respectivamente, 0,11%, 0,14% e 0,19% das candidaturas totais. Em 2024, 0,54% do eleitorado paranaense se autodeclarou indígena (TSE, 2025), entretanto, esse número é impreciso face ao grande número de eleitores que não informaram a condição (Tabela 3 adiante). Em 2024 houve um súbito aumento de candidatas mulheres, 41,37% do total das candidaturas indígenas. A significativa presença feminina já havia sido detectada anteriormente no plano nacional por De Paula, Pataxó e Verdum (2023). No município de Itaperuçu, Agnaldo Eleodoro Cabral protagonizou a primeira candidatura a vice-prefeito no Estado, concorrendo pelo partido União Brasil, e não foi eleito (TSE, 2025).

Quanto à orientação ideológica dos partidos com candidaturas indígenas, predominam os do campo da esquerda, com moderada presença também à direita e ao centro (Figura 2), acompanhando a tendência nacional (Codato; Lobato; Castro, 2017; De Paula; Pataxó; Verdum, 2023).

Figura 2. Tabela com as candidaturas indígenas por partidos no PR

ORDEM	PARTIDO	2016	2020	2024	SOMA	ORDEM	PARTIDO	2016	2020	2024	SOMA
1º	PT	10	7	15	32	15º	PRD	-	-	3	3
2º	MDB	2	7	5	14	16º	PL	-	2	-	2
3º	PP	2	4	7	13	17º	PODE	-	1	1	2
4º	PDT	2	3	5	10	18º	PRTB	-	2	-	2
5º	PSB	2	4	3	9	19º	REDE	1	1	-	2
6º	PSOL	-	2	6	8	20º	AGIR	-	-	1	1
7º	PC do B	4	2	-	6	21º	PATRIOTA	1	-	-	1
8º	PV	3	1	2	6	22º	NOVO	-	-	1	1
9º	UNIÃO	-	-	6	6	23º	PROS	-	1	-	1
10º	PSD	-	3	2	5	24º	PPL	1	-	-	1
11º	PSDB	1	3	1	5	25º	PPS	1	-	-	1
12º	PMN	-	4	-	4	26º	AVANTE	1	-	-	1
13º	REPUBLICANOS	-	-	4	4	27º	PSC	1	-	-	1
14º	DEM	1	2	-	3	28º	PTC	-	1	-	1
Totalização						145					

Fonte: organizada pelos autores com dados do TSE (2025)

De Paula; Pataxó e Verdun (2023) apontam que são três os motivos que levam os candidatos indígenas preferirem os partidos que lideram o expressivo volume de candidaturas indígenas: (1) capilaridade nacional e força política desses partidos; (2) percepção pelas lideranças indígenas dos partidos que dão maior probabilidade de ser eleito, caso do MDB; (3) certa simpatia por partidos que historicamente primaram pelos seus direitos, caso do PT e PSOL. Ainda, para Codato; Lobato e Castro (2017), deve ser considerado o contexto sociopolítico que os indígenas estão imersos na escolha por um partido, tais como familiaridade e proximidade a dirigentes partidários não indígenas; disponibilidade da agremiação partidária na localidade, dentre outros múltiplos fatores, não se restringindo apenas às

preferências ideológicas. Então, conforme as Figuras 2 e 3 mostram, ter candidaturas indígenas não é exclusividade de alguns partidos ou corrente ideológica.

Com a identificação dos eleitos em 2024, foi possível verificar suas candidaturas nos pleitos anteriores, conforme quadro da Figura 3. Constatou-se uma dimensão mais ampla do contexto envolvendo candidaturas indígenas, concluindo que a quantidade é maior do que as nominalmente informadas nos registros do TSE (Figura 1).

Figura 3. Quadro: evolução das candidaturas indígenas a vereador no PR

Município	Nome	Eleição	Partido	Resultado	Autodeclaração	Etnia
Cândido de Abreu	Casemiro Nakag Batista	2020	DEM	Eleito	Indígena	Kaingang
		2024	PDT	Suplência		
Clevelândia	Miguel Alves	2016	PSB	Suplência	Indígena	Não informado
		2020	MDB	Eleito		
Diamante D'Oeste	Teodoro Tupã Jeguavy Alves	2024	PT	Eleito	Indígena	Guarani
Mangueirinha	José Carlos Gabriel	2024	PP	Eleito	Indígena	Kaingang
Nova Laranjeiras	Adão Krekanh Paulista	2020	PP	Eleito	Indígena	Kaingang
		2024	PSD	Suplência		
	Sebastião Kaeira Tavares	2020	MDB	Eleito		
		2024		Suplência		
Paranacity	João André Bertão	2016	SD	Suplência	Branca	-
		2020	PTC	Eleito	Não informado	-
		2024	MDB	Reeleito	Indígena	Não informado
Pinhais	Otavio Leodoro dos Santos	2016	PT	Eleito	Indígena	Não informado
		2020	PROS	Suplência		
Santa Amélia	Rafael Abner Severino	2020	PSDB	Eleito	Branca	-
		2024	PP	Reeleito	Indígena	Guarani
São Jerônimo da Serra	Flávia de Jesus Ferreira	2020	PTB	Suplência	Indígena	Kaingang
		2024	PRD	Eleita		

Fonte: organizada pelos autores com dados da internet e do TSE (2025)

As figuras 2 e 3 mostram ainda que o PT, embora desponte com o maior número de candidaturas, só elegeu dois vereadores desde 2016, igualando-se ao MDB e PP, estes com menor número de indígenas concorrentes. Porém, com a retificação da autodeclaração da cor ou etnia, dois que antes foram eleitos como autodeclarados brancos, se reelegeram como indígenas, colocando o MDB como o que mais elegeu vereadores indígenas no Paraná. Nota-se que é comum a troca de legendas a cada eleição e dificuldade de reeleição daqueles que sempre se autodeclararam indígenas, diferentemente daqueles que apenas retificaram a condição. Ainda, em 2024 foi eleita no município de São Jerônimo da Serra a primeira vereadora indígena no Estado: Flávia de Jesus Ferreira.

Excetuando Diamante D'Oeste, os demais municípios não estão no Oeste do Paraná, de onde se conclui, apoiado no levantamento de De Paula (2017), que Teodoro foi o primeiro vereador indígena eleito de que se tem registro na Região. Divide com Rafael Abner Severino como os dois da etnia Guarani eleitos em 2024. Porém, com a readequação da autodeclaração (Figura 3), Rafael pode ser considerado como o primeiro Guarani eleito no Estado, fato ocorrido em 2020.

Procedimentos metodológicos

Considerando a atuação do vereador indígena como porta-voz entre indígenas e não indígenas no município, o construto para análise cinge-se à importância que a população local dá à peculiar vereança. A amostra é formada por residentes homens e mulheres acima de 16 anos (potenciais eleitores).

A metodologia envolve análises qualitativas sobre amostra quantitativa levantada (dados primários), fazendo correlações com os dados secundários do IBGE (2025) e do TSE (2025). Um questionário com respostas objetivas foi apresentado por três meios: (1) pessoalmente pelo entrevistador, obtendo 53 respostas; (2) 10 formulários foram entregues aos entrevistados, respondidos diretamente e resgatados posteriormente; (3) os entrevistados acessaram e responderam o formulário pela internet, cujo acesso foi franqueado por: (a) prospectos distribuídos com QR code direcionador; (b) por link distribuído por aplicativo de mensagens, decorrendo 33 respostas online. Foram coletadas ao todo 96 entrevistas. Uma online foi descartada por conter inconsistências, pois o entrevistado manifestou ter curso superior completo e idade entre 18 e 20 anos, um contexto pouco verossímil. Optou-se por não a considerar para fins de melhor acurácia. Efetivamente, foram consideradas 95 entrevistas.

Composta a entrevista por 11 questionamentos, os sete primeiros visaram formar o perfil do entrevistado quanto a sexo, faixa etária, escolaridade, raça/cor/etnia. Os outros três abordam os objetivos da pesquisa: (1) se sabia ou não que havia o vereador indígena eleito; (2) a importância que dá ao vereador indígena para o município e (3) a importância que vê para as CIs em ter um vereador indígena. Os dados foram levantados após a eleição municipal, com início 19/10/2024 e findado em 20/02/2025. A etapa final ocorreu na segunda quinzena de fevereiro e visou totalizar na amostra as proporções próximas aos percentuais por gênero e raça/cor/etnia levantadas pelo IBGE, e de eleitores pelo TSE. As 95 entrevistas representam 2,08% da população de 2022 (IBGE, 2025) e 2,52% dos eleitores em 2024 (TSE, 2025), conforme Figura 4.

Figura 4. Tabela com a distribuição da população, eleitorado e entrevistados quanto a raça/cor/etnia e sexo da população em Diamante D'Oeste

Cor/Raça/Etnia	Sexo	IBGE	%-IBGE	TSE	%-IBGE	Entrevistados	%-Entrevistados
Branca	Homens	1.096	50,79%	171	48,44%	21	58,33%
	Mulheres	1.062	49,21%	182	51,56%	15	41,67%
	Total	2.158	100%	353	100%	36	100%
Negra	Homens	131	59,82%	9	52,94%	4	100,00%
	Mulheres	88	40,18%	8	47,06%	-	0,00%
	Total	219	100%	17	100%	4	100%
Amarela	Homens	13	68,42%	-	-	-	-
	Mulheres	6	31,58%	-	-	-	-
	Total	19	100%	-	-	-	-

Parda	Homens	830	49,11%	72	52,94%	21	50,00%
	Mulheres	860	50,89%	64	47,06%	21	50,00%
	Total	1.690	100%	136	100%	42	100%
Indígenas	Homens	241	51,17%	24	58,54%	6	46,15%
	Mulheres	230	48,83%	17	41,46%	7	53,85%
	Total	471	100%	41	100%	13	100%
Não informado	Homens	-	-	1.602	49,72%	-	-
	Mulheres	-	-	1.620	50,28%	-	-
	Total	-	-	3.222	100%	-	-
Não Indígenas	Homens	2.070	50,66%	252	49,80%	46	56,10%
	Mulheres	2.016	49,34%	254	50,20%	36	43,90%
	Total	4.086	100%	506	100%	82	100%
Total	Homens	2.311	50,71%	276	50,46%	52	63,41%
	Mulheres	2.246	49,29%	271	46,09%	43	52,44%
	Total	4.557	100%	547	100%	95	100%

Fonte: concebida pelos autores conforme dados da pesquisa (2025), IBGE (2025) e TSE (2025)

O levantamento no intervalo entre a eleição e o início da legislatura visou evitar opiniões afetadas por paixões da campanha eleitoral e tampouco das influências advindas da efetiva vereança indígena. Buscou-se mensurar a expectativa neste recorte temporal e, assim, possibilitar, no futuro quando do término do mandato, mensurar e avaliar eventuais mudanças de opinião e correspondentes correlações com o desempenho da vereança.

Para medir a *importância* optou-se pela escala adaptada do tipo Likert, com variáveis de zero a 10, totalizando 11 opções. O valor respondido como 5 corresponde à neutralidade, pois simultaneamente contém o valor +5 (importante) e -5 (desimportante), resultando num “nível neutro entre concordância e discordância” (Silva Júnior; Costa, 2014, p. 6). Assim, os valores de 4 a 1 diminui-se gradualmente a importância e zero como totalmente sem importância. O valor 10 é totalmente importante e entre 6 e 9 é progressivamente mais importante do que desimportante.

A adoção da escala visou facilitar a coleta da opinião contida nas duas perguntas de fundo subjetivo, sem a necessidade de o entrevistado justificar a resposta e o pesquisador fazer análises de conteúdo das justificativas.

A grande vantagem da escala de Likert é sua facilidade de manuseio, pois é fácil a um pesquisado emitir um grau de concordância sobre uma afirmação qualquer. Adicionalmente, a confirmação de consistência psicométrica nas métricas que utilizaram esta escala contribuiu positivamente para sua aplicação nas mais diversas pesquisas (SILVA JÚNIOR; COSTA, 2014, p. 5).

Ao final do formulário, foi oportunizado que o entrevistado lançasse livremente qualquer manifestação, objetivando capturar percepções restritas e pessoais. Os dados foram sistematizados e analisados com os *softwares*

LibreOffice; MS-Power Query e Jasp. As entrevistas *online* foram coletadas pela aplicação *Google Forms*.

Análise e discussão

A análise abordou separadamente as duas perguntas opinativas, primeiro estratificando as opiniões dadas a elas nas dimensões raça/cor/etnia e gênero. Posteriormente, balizou e cotejou com a opinião indígena destacadamente, público com interesse direto na vereança.

Percepção geral sobre os dados coletados

Com o fim de medir a atualidade do fato, foi questionado se o opinante tinha conhecimento da eleição de um vereador indígena no município: 92,63% afirmaram saber. A intensidade positiva da resposta mostra que os munícipes estão altamente informados, o que torna as respostas às duas perguntas opinativas mais contextualizadas e menos hipotéticas e especulativas.

Pela escala do tipo Likert foram duas perguntas ou questionamentos: (1) *Para o município de Diamante D'Oeste, a importância da eleição do Vereador indígena, na sua opinião é:* - (2) *Para o interesse das comunidades indígenas (aldeias), a eleição de um vereador indígena, na sua opinião é:* - A Figura 5 mostra a estratificação das respostas relativas à raça/cor/etnia dadas às duas perguntas, indicando a tendência das respostas pela moda (maior número da mesma resposta no intervalo), mediana (valor central no conjunto de valores manifestados) e média aritmética (distribuição uniforme).

Figura 5. Tabela com a tendência central das opiniões (zero a 10) quanto à raça/cor/etnia

Importância do vereador indígena	Raça/cor/etnia	Opinantes	Moda	Mediana	Média
ao Município	Branca	36	10	8	6,31
	Indígena	13	10	10	8,77
	Negra	4	-	1	3
	Parda	42	5	5,5	6,17
	Total	95	10	8	6,45
às Comunidades Indígenas	Branca	36	10	9	3,31
	Indígena	13	10	10	3,12
	Negra	4	-	4	4,25
	Parda	42	10	9	7,87
	Total	95	10	9	7,55

Fonte: dados da pesquisa (2025)

Os resultados envolvendo a raça/cor negra foram desconsiderados nas análises pormenorizadas, visto ser uma parcela pequena da população (Figura 4), o que torna a pequena porção na amostra irrelevante estatisticamente.

Nas duas totalizações (Figura 5), as medianas mostram que os opinantes indicam ser mais importante ter um vereador indígena, com a tendência convergindo à extrema importância. Quanto à importância ao

município nos extratos de raça/cor/etnia, brancos e indígenas apontaram maior importância do que os pardos. No contexto geral, prevalece a opinião pela alta importância para o município.

A Figura 6 mostra a opinião por gênero, de onde não se evidencia relevante divergência visto que as modas apontam igualdade nas manifestações, com variação apenas na mediana quanto a importância ao município. Por outro lado, quando a importância é para as CIs, as opiniões de ambos os gêneros são iguais. Indica que ambos os gêneros apontam pela relevância da representação indígena para o município.

Figura 6. Tabela com a tendência das opiniões (zero a 10) quanto ao gênero

Importância do Vereador indígena	Sexo	Opinantes	Moda	Mediana	Média
ao município	Homem	52	10	8	6,99
	Mulher	43	10	5	5,79
	Total	95	10	8	6,44
às Comunidades Indígenas	Homem	52	10	9	7,58
	Mulher	43	10	9	7,51
	Total	95	10	9	7,55

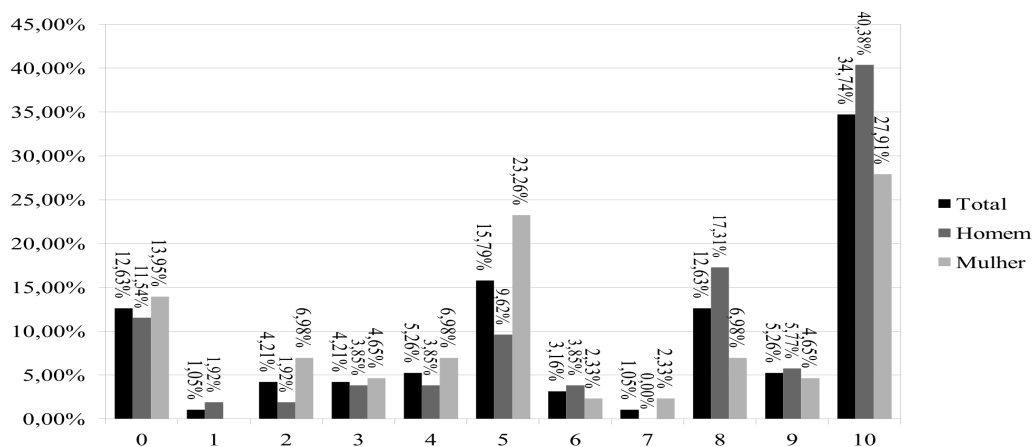
Fonte: organizado pelos autores com dados do TSE (2025)

As Figuras 5 e 6 mostram a tendência convergindo fortemente para a grande importância (modas e medianas) e positividade (médias) de um mandatário indígena, situação também observada pormenorizadamente nos gráficos das figuras adiante. Extrai-se a conclusão de que a opinião majoritária entende ser a representação indígena de maior importância às CIs do que ao município como um todo, ou seja, um vereador indígena representa mais as comunidades a que pertence do que ao município.

Da importância ao município

A Figura 7 adiante representa as proporções das opiniões quanto ao questionamento: *Para o município de Diamante D'Oeste, a importância da eleição do Vereador indígena, na sua opinião é:*

Figura 7. Gráfico: opiniões (0 a 10) dos entrevistados pela importância da vereança ao município

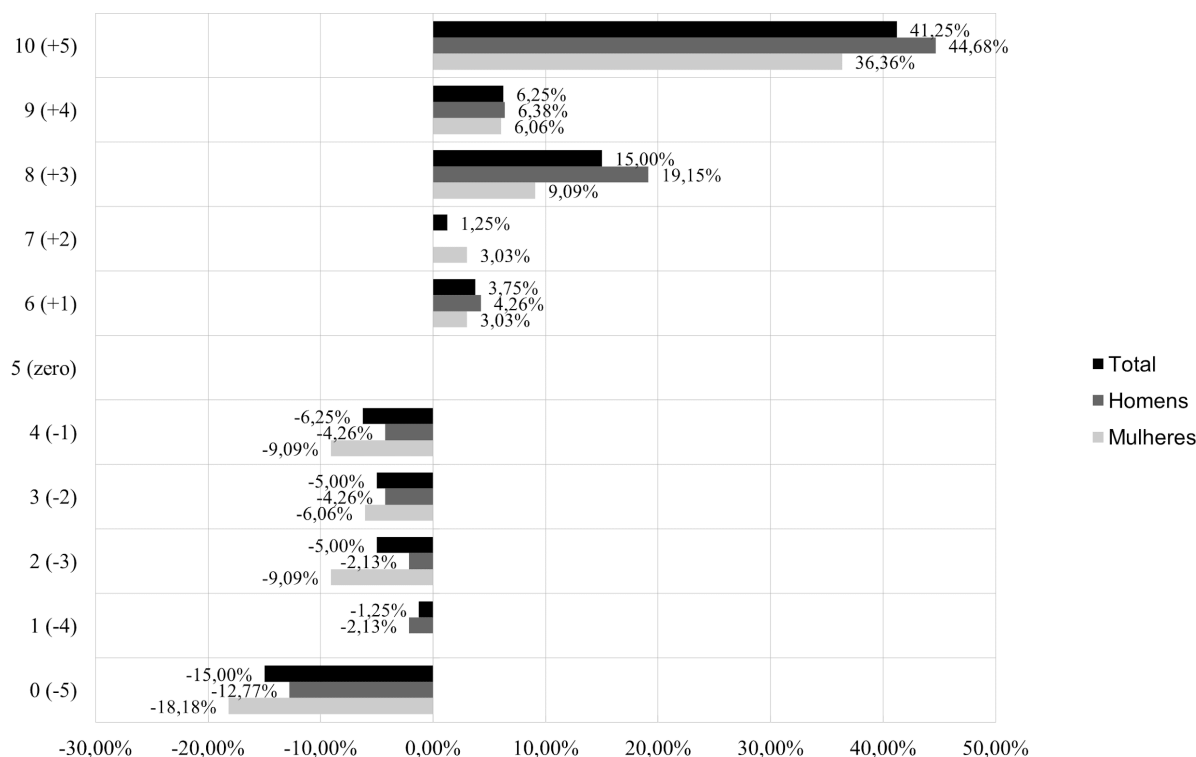


Fonte: dados da pesquisa (2025)

O gráfico da Figura 7 revela que as opiniões despontam nos extremos e pela neutralidade. A opinião prevalente nos valores 8, 9 e 10 mostra que a vereança indígena é muito importante, sintonizando com as tendências da moda e da mediana nas figuras 5 e 6. Em seguida, vem a neutralidade (grau 5) e no outro extremo a de que não tem importância (zero). As opiniões intermediárias se revelam moderadas, sendo que as entre 1 e 4 são menores que aquelas entre 6 e 9. Desse contexto, a tendência da opinião da população como um todo está fortemente para a maior importância para o município. É por conta dessa distribuição dos valores nos extremos e no centro que levam algumas médias nas Figuras 5 e 6 a se distanciar da mediana, o que não ocorreria se a opinião fosse distribuída mais uniformemente.

O valor 5, por representar neutralidade, forma a linha horizontal central nas Figuras 8 e 10 dos gráficos adiante, onde abaixo e à esquerda estão as opiniões de 4 a zero e que convergem para a discordância e a direita e acima, de 6 a 10, para a concordância. Retirada a opinião neutra (valor 5), a resultante (novo total) é utilizada para formar os percentuais expressos nas Figuras 8 e 10, onde estão as opiniões efetivamente positivas ou negativas.

Figura 8. Gráfico: tendência das opiniões da importância da vereança ao município



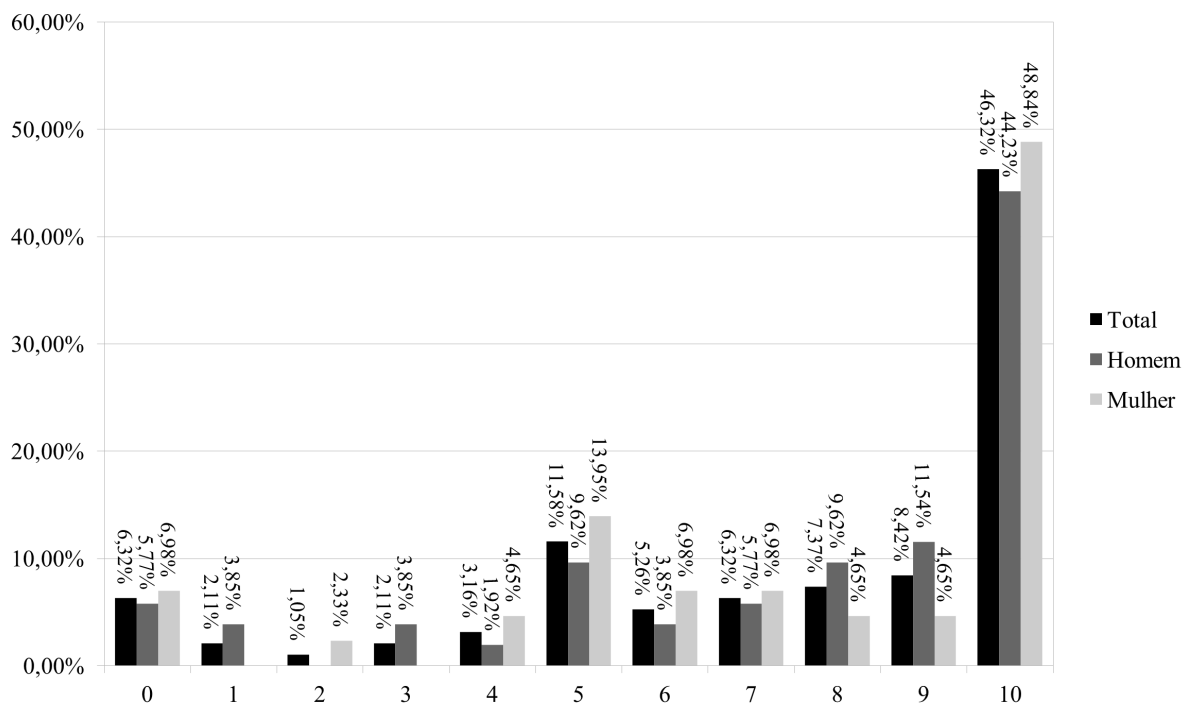
Fonte: dados da pesquisa (2025)

Vê-se de plano o relevante antagonismo das opiniões, destacando opiniões opostas nos extremos da escala, com as opiniões pela grande importância liderando fortemente, seguida das opiniões pela desimportância empatada com o grau 8 (+3) (importante) da escala. A tendência apontando para a importância leva a especular que pelo expressivo contingente de moradores indígenas, há uma visão que eles merecem atenção da

administração municipal e um vereador indígena é o porta-voz ou mediador adequado para tanto, figurando, de certo modo, também como uma necessidade para a política local como um todo. Revela ainda destacada polarização, com o zero formando grupo de detratores significativo.

A Figura 9 mostra a opinião por um outro ângulo: agora a perspectiva parte das CIs em relação ao restante do município e expressa nestes termos da pergunta: *Para o interesse das comunidades indígenas (aldeias), a eleição de um vereador indígena, na sua opinião é:*

Figura 9. Gráfico: opiniões (0 a 10) dos entrevistados pela importância da vereança às CIs

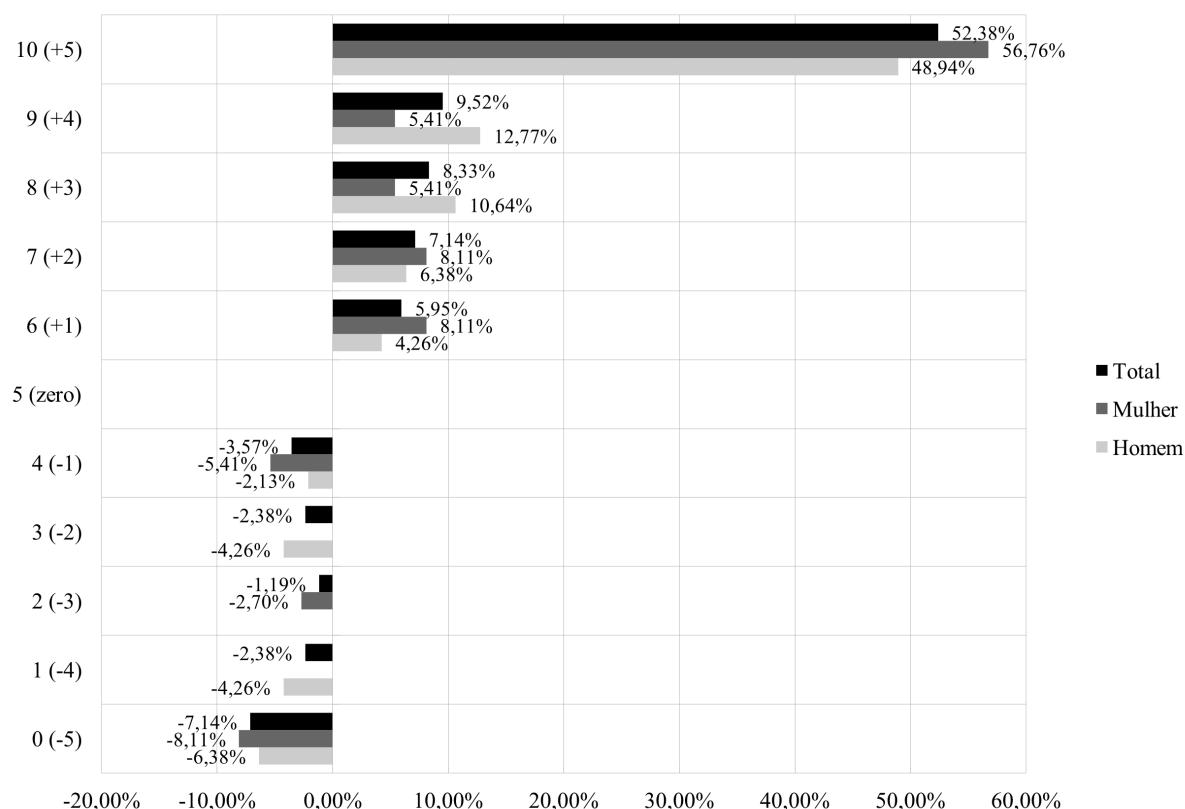


Fonte: dados da pesquisa (2025)

As respostas mostram uma significativa mudança da compreensão que os opinantes têm quanto à necessidade da representação política do coletivo indígena, diminuindo o percentual de opiniões detratoras e pela neutralidade em comparação com as opiniões da Figura 7. Do cotejo entre os gráficos das figuras 7 e 9, há forte desequilíbrio entre as duas opiniões, pesando grandemente pela maior importância da vereança para as CIs do que ao município. Essa manifestação favorável da população como um todo, revela que é pequena a rejeição ou oposição pela existência das CIs e das políticas públicas voltadas a elas; contudo, há um grupo pequeno, mas destacável, opinando em contrário.

O gráfico da Figura 10, sem a opinião neutra, mostra que prevalece a opinião que a representatividade dos indígenas é mais bem exercida por um indígena; logo, um vereador não indígena, ordinariamente, implicaria em uma sub-representação, situação a qual candidaturas coletivas buscam evitar e superar.

Figura 10. Gráfico: tendência das opiniões pela importância e desimportância da vereança à CI



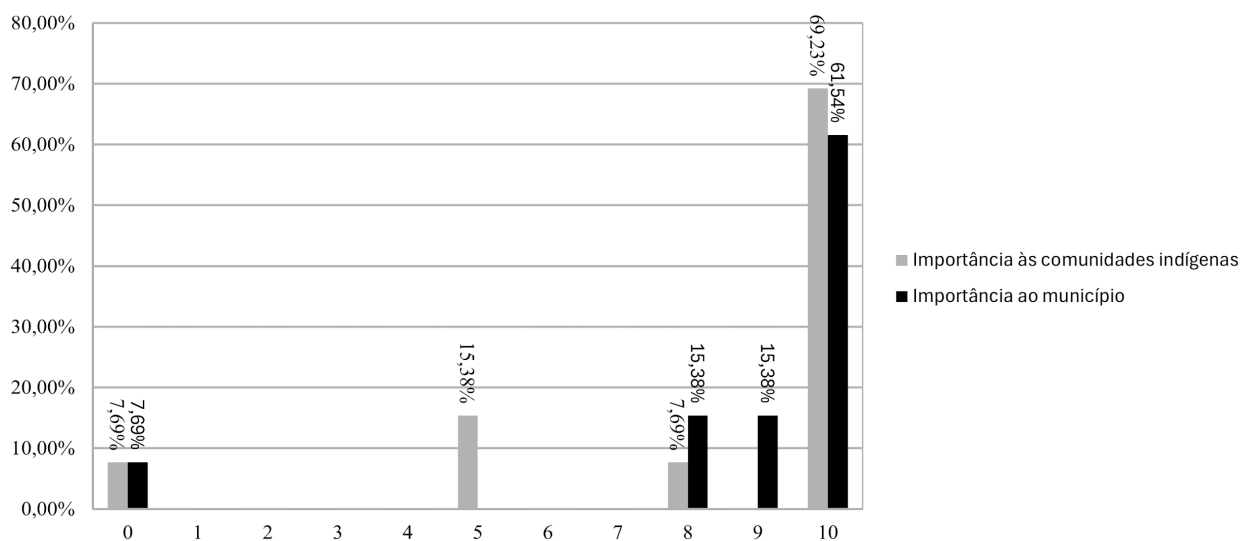
Fonte: dados da pesquisa (2025)

A Figura 10 mostra a perda de força da opinião zero (-5) comparativamente com a Figura 2, onde o contingente que não dá importância ficou na quarta posição. Isso mostra que mudam de opinião por conta da diferença de circunstâncias ou perspectivas. Logo, parte dos detratores da Figura 8 divergem de opinião entre os dois pontos de vista contidos nas perguntas, com parte deles dando importância à representação identitária e desimportância quando ela é para representar o município, o que é positivo. Ou seja, parte dos detratores da Figura 8 não tem opinião negativa consolidada em relação a qualquer questão ou circunstância envolvendo a causa ou movimento indígena.

Embora os gráficos estejam estratificados por gênero e o números entre homens e mulheres apresentam algumas disparidades, por conta do tamanho da amostra em relação à população, inferências nessas dimensões podem redundar em várias conclusões. Apontam, entretanto, que a dimensão de gênero merece atenção nas novas pesquisas.

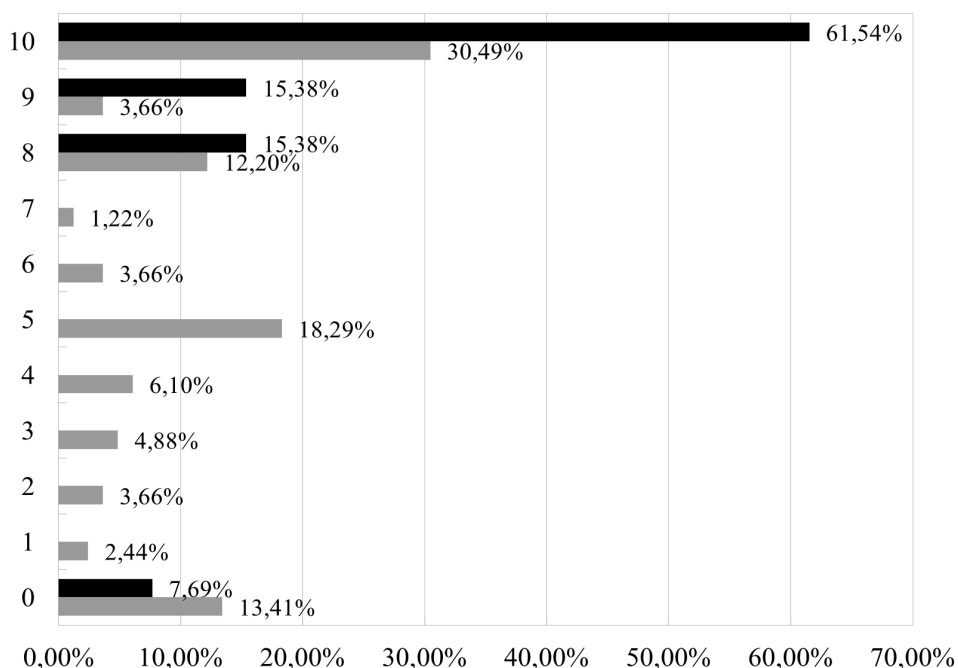
Recorte étnico: a importância dada pelos Guaranis

Considerando que os Guaranis formam o coletivo com interesse direto pela representatividade parlamentar, coube ver como eles opinaram. O gráfico da Figura 11 mostra a alta importância que dão à vereança indígena, indicando maior importância às CIs do que ao município.

Figura 11. Gráfico: opinião indígena sobre a vereança indígena para o município e às CIs

Fonte: dados da pesquisa (2025)

Os gráficos das Figuras 12 e 13 retratam as respostas respectivamente às duas perguntas opinativas, comparando com as opiniões entre a dos indígenas e dos não indígenas. Nota-se que os não indígenas dão menor importância tanto para o município quanto para as CIs, ocorrendo o contrário com os indígenas, o que de certo modo era o esperado. O anseio dos Guaranis pela representação por um dos seus ficou evidente.

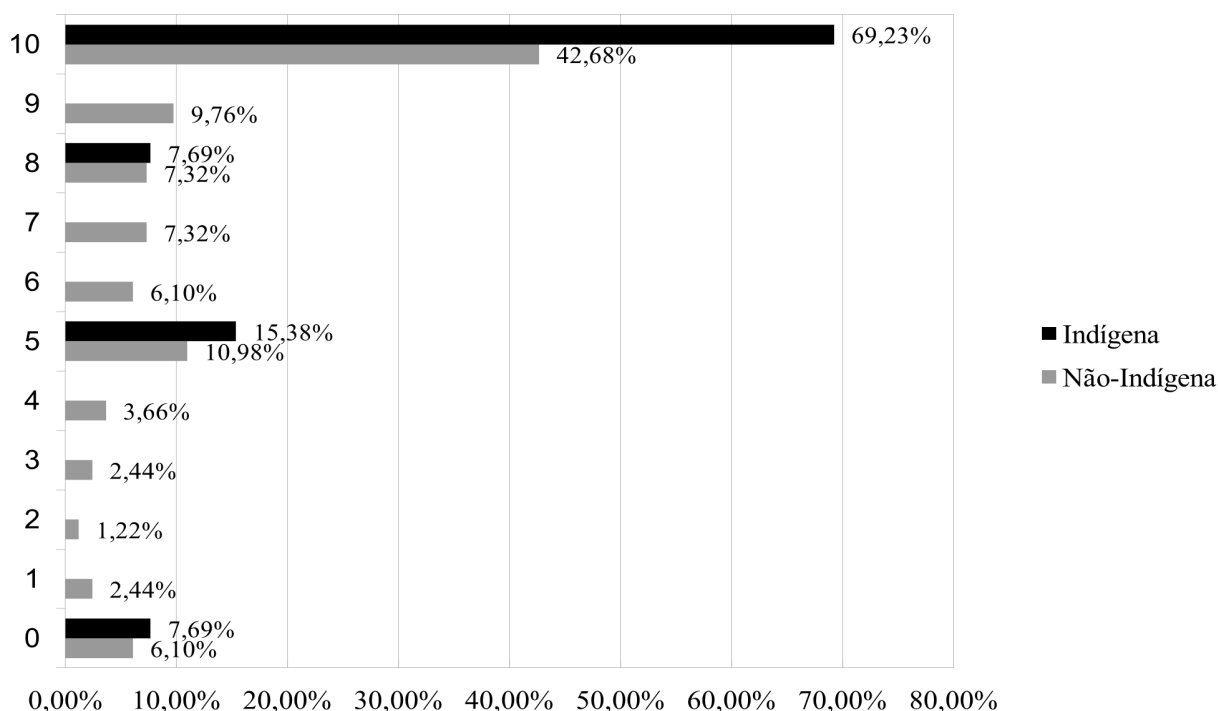
Figura 12. Gráfico: opinião indígena e não indígena sobre a vereança indígena para o município

Fonte: dados da pesquisa (2025)

A média apontada na tabela da Figura 6 para o segundo questionamento mostra que o radicalismo dos respondentes de valor zero e

10 está entre indígenas e brancos, constatação corroborada pela maior neutralidade (valor 5) dos indígenas em relação aos não indígenas (Figura 11). Estas duas circunstâncias, apontando para a menor importância manifestada por parte de alguns indígenas, aparenta uma contradição envolvendo a candidatura coletiva, já que na prática importaria numa sub-representação, além de dar a noção que o não indígena os representaria melhor. São opiniões no mínimo perturbadoras. O fenômeno, caso se repita, merece maiores investigações; por ora, é visto como erro estatístico ou confusão dos entrevistados, possivelmente contribuído pelo idioma português, gerando dificuldade de interpretação.

Figura 13. Gráfico: opinião indígena e não indígena pela importância da vereança indígena às CIs



Fonte: dados da pesquisa (2025)

A opinião pela total desimportância (Figuras 11, 12 e 13), dada por 7,69% da opinião indígena, mostra também que não existe consenso no interior das comunidades, refletindo que lá há um contingente opositor consolidado, contrariando o que mormente se supunha existir no sentido de união ou unanimidade.

Concluindo, ficou constatado que os indígenas dão maior importância à vereança do que os não indígenas. Já em termos gerais, a vereança é importante para as duas dimensões: município e CIs, indicando ainda que a melhor representação dos Guaranis ocorre com alguém do seu meio.

As livres manifestações

O formulário continha um campo para livre manifestação. A maioria das opiniões, 19, foram via *online*, três anotadas pelo entrevistador e uma no

formulário depositado. O quadro da Figura 14 sintetiza o conteúdo das manifestações mais relevantes.

Figura 14. Quadro com a seleção das manifestações mais relevantes dos entrevistados sobre a temática

Nº opinantes	Dimensão do assunto	Destaques selecionados
3	Problemas na votação.	"Seria muito bom se colocasse urna para votação nas aldeias, para ficar mais fácil para os indígenas votar, sem contar que iria diminuir a compra de voto nas aldeias."
		"Só acho que deveria ter uma urna dentro da aldeia (...). E deveria ser mais fiscalizado porque em época de eleições é um lugar onde há compra de votos (...)."
		"Indígenas se vendem por algo qualquer".
8	Conexão (porta-voz, interface)	"Se precisar, tem com quem falar. Se for para discutir, podemos falar em guarani."
		"E o Teodoro é um membro muito atuante dessa comunidade, e agora como vereador, irá trazer as necessidades das aldeias para serem atendidas mais prontamente."
		"No meu ponto de vista é muito importante um indígena eleito no município, pois terá facilidade de entender as necessidades das aldeias".
5	Representação e integração	"um representante que conhece e convive a realidade e necessidades da sua comunidade".
		"O povo indígena deveria se envolver mais com a política para que a população em geral conheçam eles. (...) O branco não entende direito, que só vivem da ajuda do governo, mas não é verdade."
		"A participação política indígena é crucial para combater a histórica exclusão e segregação social dessas comunidades."
		"A importância de um vereador indígena, seria pela luta pelo seu povo."
		"Se houvesse uma organização melhor nas aldeias teriam mais do que um representante."

Nº opinantes	Dimensão do assunto	Destaques selecionados
3	Detratores	“Acredito que seja insignificante um vereador indígena, pois fica a pergunta, será que não vai se vender como se vendem na aldeia?!”
		“Um vereador não indígena é mais importante”
		“Não vai contribuir em nada para o município”.

Fonte: dados da pesquisa (2025)

Observada a dimensão dos detratores conjugada com a destacável opinião de valor zero (totalmente desimportante) contida nas tabelas e gráficos retro, denota-se um destacado contingente contrário à vereança indígena, uma força opositora aos interesses das CI que merece ser considerada.

Se for considerar o eleitorado indígena e somado com os não indígenas adeptos à causa, Teodoro teria sido o vereador mais votado, pois quem galgou o feito obteve 49 votos a mais do que ele. Isso dá eco às manifestações de “compra de votos” de eleitores indígenas e da falta de organização das comunidades, essa reforçada por parte da opinião indígena pela desimportância e neutralidade. E, considerando que foram 117 votos de diferença entre os dois concorrentes a prefeito, se pode especular que a “compra de votos” indígenas teria o potencial até de inverter o resultado da eleição majoritária.

Considerações finais

De modo geral, há um contexto amplamente favorável pela integração entre indígenas e não indígenas no município, onde as forças detratoras e contrárias de dentro e de fora das CIs terão que demandar muito esforço para inverter a tendência pela importância da vereança. Há, positivamente, maior convergência e menor divergência de interesses entre os contingentes indígenas e não indígenas. Logo, políticas públicas em atendimento às demandas indígenas tendem a se realizar com baixa oposição. Em suma, a representação política do coletivo é tida como de grande importância e positiva pelos munícipes de Diamante D'Oeste, e, especialmente, pelos indígenas.

Quanto ao desempenho do vereador, a pesquisa visou medir o momento (recorte temporal). Com o passar do tempo é que se verificará os rumos que tomarão as opiniões ora medidas. Sobre Teodoro há uma carga de responsabilidade importante, pois pelo contido no quadro 1, a reeleição ou substituição da vereança por outro indígena não é uma constante; e é na reeleição que ocorre a efetiva avaliação do desempenho do mandatário. Eventual reeleição dele será uma quebra do que usualmente vem se repetindo no PR (quadro 1).

Nas entrevistas pessoais (não *online*), alguns entrevistados demonstraram dificuldade em atribuir um valor na escala, com algumas entrevistas sendo interrompidas por completa incompreensão. Isso aponta

que a tradicional escala de Lickert, com cinco opções (concordo totalmente, discordo totalmente, não concordo nem discordo etc.), parece ser mais adequada do que a tipo Lickert de 11 posições que foi adotada. Caso nova pesquisa venha ocorrer com constructo semelhante, é aconselhável a mudança para a escala de 5 pontos, vez que entre o ponto neutro e os extremos há um conjunto menor de opções e a gradação é representada por frases, dando maior compreensão na pergunta e objetividade na resposta. Para Silva Júnior e Costa (2014), menos opções diminui a confiabilidade por um lado, mas doutro, melhora a manifestação dos respondentes.

A obtenção de resposta unilateral por meio eletrônico é desaconselhável ante o descarte que teve que ser feito, situação contornável se feita presencialmente. Também se mostrou meio de pouca produtividade pela baixa adesão. Por outro lado, quanto à manifestação livre, a colheita por ela foi mais produtiva, provavelmente por proporcionar maior privacidade e comodidade.

Outra atenção a ser dada é na amostragem. Embora se buscou observar um *quantum* proporcional ao eleitorado e à população, os segmentos envolvendo negros e indígenas é muito pequeno para fins estatísticos. Seria interessante no mínimo dobrar a amostra para melhor acurácia. Este fator impediu, por exemplo, alisar a dimensão da escolaridade, vez que o grau de instrução verificado ficou extremamente desencontrado com os do senso; o mesmo ocorrendo com as faixas etárias, o que impediu. Uma amostra maior também permitiria análises mais substanciais quanto ao gênero.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Débora Cristina Rezende de. **Candidaturas Coletivas: uma nova forma de interação entre movimentos sociais e partidos políticos.** Dados, [S.L.], v. 67, n. 2, p. 1-53, 2024.

BRIGHENTI, Clovis Antonio; BORGES, Paulo Humberto Porto. **Presença e mobilidade Guarani no oeste paranaense: uma análise histórica.** Em Tempo de Histórias, [S.L.], n. 27, p. 48-71, 1 abr. 2016.

CARDOSO, Cynthia Franceska. **Re-Voltar ao Tekoha: memórias dos jovens avá-guarani.** Serviço Social em Revista, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 465, 11 dez. 2020.

CODATO, Adriano; LOBATO, Tiemi; CASTRO, Andréa Oliveira. **VAMOS LUTAR, PARENTES! As candidaturas indígenas nas eleições de 2014 no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, [S.L.], v. 32, n. 93, p. 01-24, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA.** 2025. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico.** 2025. Disponível em: <<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

KÜHL, G. E. S.; SCHALLENBERGER, E. **Arquitetura e a construção do espaço Guarani no Oeste do Paraná: um estudo de caso na aldeia tekoha Añetete.** Muitas Vozes, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 205-225, 2014.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. **O Movimento Indígena no Brasil: apontamentos básicos.** In: SILVA, Edson H.; SALLES, Anderson G. de. (Org.) Antropologia & Sociedade. Revista do Laboratório de Antropologia, Arqueologia e Bem-Viver da UFPE.v.1,n.1, p. 131-148, 2023.

PAULA, Luís Roberto de; PATAXÓ, Samara; VERDUM, Ricardo. **O tempo da política vem aí: os povos indígenas e as eleições legislativas municipais de 2024.** Estudos Eleitorais, Brasília, v. 17, n. 1, p. 319-343, jan./jun. 2023.

PAULA, Luís Roberto de. **A participação indígena em eleições municipais (1976 a 2016).** *Resenha & Debate*: Nova Série, Rio de Janeiro, v. 2, p. 1-77, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA JÚNIOR, Severino Domingos da; COSTA, Francisco José da. **Mensuração e Escalas de Verificação: uma análise comparativa das escalas de likert e phrase completion.** Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-16, out. 2014.

COLOMBO, Adir Luiz; VILLALVA FILHO, Mario Ramão. A importância que Diamante D'Oeste dá ao primeiro vereador indígena do oeste do Paraná. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 18-37, mai./ago. 2025.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas Eleitorais**. 2025. Portal de dados abertos e estatísticas eleitorais. Disponível em: <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/home>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A indianidade é um projeto de futuro, não uma memória do passado: entrevista com Eduardo Viveiros de Castro**. Prisma Jurídico, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 257-268, 28 fev. 2012.

Recebido em: 15/04/2025* Aprovado em: 01/07/2025* Publicado em: 31/08/2025
